JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.03.28 06:59:46 -03'00'

SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.

CNPJ 09.266.129/0001-10

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	29.380	29.353	457.970	521.844
Contas a receber de clientes	7	-	-	321.985	283.415
Estoques		1.093	-	7.523	6.609
Despesas antecipadas		166	174	5.760	3.338
Dividendos e JSCP a receber	23	121.202	110.545	12.024	10.440
Créditos com partes relacionadas	23	2.412	251	1.868	2.071
Tributos a recuperar	8	13.451	7.368	16.017	10.741
Convênio–PPP		-	-	3.657	312
Outros ativos		177	185	9.123	4.162
		167.881	147.876	835.927	842.932
Ativos não circulantes mantidos para venda	15	10.127	-	-	-
		178.008	147.876	835.927	842.932
Não circulante					
Aplicações financeiras vinculadas	9	-	-	14.085	15.590
Créditos a receber de clientes	7	-	-	19.189	19.200
Contratos de mútuo	23	21.577	23.384	21.577	23.384
Tributos diferidos	21	4.219	-	13.540	11.761
Depósitos judiciais		58	46	24.855	23.558
Tributos a recuperar	8	-	-	1.520	2.278
Operações com derivativos		-	-	1.323	1.540
Ativo de direito de uso	11	-	-	4.898	5.988
Investimentos	10	1.333.187	1.234.838	384.950	359.528
Imobilizado	12	706	614	43.048	42.895
Ativo de contrato	13	-	-	453.218	515.480
Intangível	14	13.393	9.843	1.621.093	1.078.629
		1.373.140	1.268.725	2.603.296	2.099.831
Total do ativo		1.551.148	1.416.601	3.439.223	2.942.763

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	676	417	36.356	32.943
Empréstimos e financiamentos	17	1.782	25.020	173.858	195.872
Passivos de arrendamento	17	-	-	3.489	3.051
Debêntures e notas comerciais escriturais	18	61.852	24.979	183.037	60.614
Obrigações tributárias	20	3.033	2.583	34.993	30.005
Obrigações trabalhistas		9.672	8.058	50.005	42.549
Obrigações com acionistas	23	25.498	26.428	33.410	33.757
Ônus da concessão	19	-	-	135.456	5.767
ICMS a devolver a clientes		-	-	5.445	5.325
Débitos com partes relacionadas	23	454	465	226	213
Adiantamentos de clientes		3	3	3.571	3.905
Outras obrigações		282	50	20.915	13.650
		103.252	88.003	680.761	427.651
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	25.000	-	560.871	533.100
Passivos de arrendamento	17	-	-	2.058	3.580
Debêntures e notas comerciais escriturais	18	201.534	253.394	874.615	814.308
Provisão para perdas em investimentos	10	681	336	-	-
Contratos de mútuo	23	44	266	-	-
Obrigações tributárias	21	-	-	130	130
Tributos diferidos	21	-	-	10.792	2.043
Provisões para contingências	22	-	-	28.021	29.240
		227.259	253.996	1.476.487	1.382.401
Patrimônio líquido	24				
Capital social		611.000	559.500	611.000	559.500
Reserva de capital		6.118	6.118	6.118	6.118
Reservas de lucros		949.942	855.285	949.942	855.285
Ações em tesouraria		(346.393)	(346.393)	(346.393)	(346.393)
Outros resultados abrangentes		(30)	92	(30)	92
		1.220.637	1.074.602	1.220.637	1.074.602
Participação de acionistas não controladores		-	-	61.338	58.109
		1.220.637	1.074.602	1.281.975	1.132.711
Total do passivo e patrimônio líquido		1.551.148	1.416.601	3.439.223	2.942.763

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de investimentos	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos 1º de janeiro de 2022	559.500	6.118	84.700	128.255	507.318	(345.000)	-	12	940.903	53.274	994.177
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-		174.435	-	174.435	20.232	194.667
Recompra de ações	-	-	-	-	-	(1.393)	-	-	(1.393)	-	(1.393)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controladas em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	80	80	-	80
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(824)	-	-	-	(824)	(7.209)	(8.033)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.775)	(2.775)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37	37
Aumento de participação societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(752)	(752)
Proposta de destinação do resultado do exercício:											
Reserva legal	-	-	8.722	-	-	-	(8.722)	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	6.214	-	-	(6.214)	-	-	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(41.428)	-	(41.428)	(4.953)	(46.381)
Retenção de lucros	-	-	-	-	120.900	-	(118.071)	-	2.829	255	3.084
Saldos 31 de dezembro de 2022	559.500	6.118	93.422	134.469	627.394	(346.393)	-	92	1.074.602	58.109	1.132.711
Aumento de capital	51.500	-	-	-	(51.500)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-		191.571	-	191.571	25.574	217.145
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controladas em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	(122)	(122)	-	(122)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-				-	(12.372)	(12.372)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.668)	(3.668)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	84	-	-	-	84	6	90
Proposta de destinação do resultado do exercício:											
Reserva legal	-	-	9.578	-	-	-	(9.578)	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	6.825	-	-	(6.825)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(45.498)	-	(45.498)	(6.311)	(51.809)
Retenção de lucros	-	-	-	-	129.670	-	(129.670)	-	-	-	-
Saldos 31 de dezembro de 2023	611.000	6.118	103.000	141.294	705.648	(346.393)	-	(30)	1.220.637	61.338	1.281.975

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita líquida	25	72.171	63.525	1.916.854	1.724.431
Custo dos serviços prestados	26	-	-	(960.429)	(896.135)
Lucro bruto		72.171	63.525	956.425	828.296
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	27	(73.545)	(58.018)	(394.663)	(355.015)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(12.353)	1.166	(7.719)	2.419
Resultado de equivalência patrimonial	10	243.027	206.052	(77.872)	(38.046)
		157.129	149.200	(480.254)	(390.642)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		229.300	212.725	476.171	437.654
Receitas financeiras	28	2.882	3.036	86.829	77.108
Despesas financeiras	28	(44.646)	(38.213)	(201.143)	(198.532)
Resultado financeiro		(41.764)	(35.177)	(114.314)	(121.424)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		187.536	177.548	361.857	316.230
Imposto de renda e contribuição social–corrente	21b	(184)	-	(137.742)	(117.388)
Imposto de renda e contribuição social–diferido	21b	4.219	(3.113)	(6.970)	(4.175)
Lucro líquido do exercício		191.571	174.435	217.145	194.667
Atribuível a:					
Acionistas controladores		191.571	174.435	191.571	174.435
Acionistas não controladores		-	-	25.574	20.232

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Lucro líquido do exercício	191.571	174.435	217.145	194.667
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controlada em conjunto	(122)	80	(122)	80
Resultado abrangente total	191.449	174.515	217.023	194.747
Acionistas controladores	191.449	174.515	191.449	174.515
Acionistas não controladores	-	-	25.574	20.232

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receitas	71.812	75.246	2.056.168	1.835.807
Receita operacional	84.165	74.081	1.842.511	1.640.550
Receita de construção	-	-	257.945	247.396
Outras receitas	(12.353)	1.165	(7.720)	2.418
Provisão para perdas de crédito das contas a receber	-	-	(36.568)	(54.557)
Insumos adquiridos de terceiros	(22.842)	(17.350)	(849.636)	(785.121)
Custo das mercadorias e dos serviços prestados	-	-	(430.397)	(398.960)
Custo de construção	-	-	(257.945)	(247.396)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(22.842)	(17.350)	(161.294)	(138.765)
Valor adicionado bruto	48.970	57.896	1.206.532	1.050.686
Depreciação e amortização	(207)	(203)	(96.343)	(84.522)
Valor adicionado líquido produzido	48.763	57.693	1.110.189	966.164
Valor adicionado recebido em transferência	250.225	212.235	17.309	45.658
Resultado de equivalência patrimonial	243.027	206.052	(77.872)	(38.046)
Receitas financeiras	7.198	6.183	95.181	83.704
Valor adicionado total a distribuir	298.988	269.928	1.127.498	1.011.822
Distribuição do valor adicionado	298.988	269.928	1.127.498	1.011.822
Pessoal	41.289	32.982	295.498	254.855
Remuneração direta	30.794	25.530	181.904	161.798
Benefícios	8.069	4.875	96.372	78.053
FGTS	2.426	2.577	17.222	15.004
Impostos, taxas e contribuições	21.059	24.054	400.512	349.258
Federais	16.791	20.208	388.224	336.920
Estaduais	-	-	6.621	7.071
Municipais	4.268	3.846	5.667	5.267
Remuneração de capitais de terceiros	45.069	38.457	214.343	213.042
Juros	44.630	38.200	180.927	176.233
Aluguéis	439	257	14.297	15.007
Outras	-	-	19.119	21.802
Remuneração de capitais próprios	191.571	174.435	217.145	194.667
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	41.428	59.479	46.381
Lucros retidos	191.571	133.007	146.073	133.006
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	11.593	15.280

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	187.536	177.548	361.857	316.230
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:				
Depreciação e amortização	228	225	105.270	93.302
Juros sobre empréstimos e arrendamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos	3.688	3.649	64.749	70.131
Juros sobre debêntures e notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação	40.685	34.011	103.952	93.978
Ganhos com operações de swap	-	-	(541)	(46)
Juros e IOF sobre mútuo	(3.248)	(2.746)	(3.264)	(2.536)
Variações monetárias	-	-	4.740	3.659
Atualização monetária das contingências	-	-	592	3.896
Provisão para perdas de créditos das contas a receber	-	-	36.568	54.796
Reversões de contingências	-	-	(1.811)	(1.555)
Resultado de equivalência patrimonial	(243.028)	(206.052)	77.872	38.046
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	-	(65)	6	382
Resultado na alienação de investimento	-	3	-	3
Ganho (perda) com derivativos	-	-	218	421
Receita de construção ativo financeiro–PPP	-	-	(6.118)	(9.895)
Subsídio tarifário–PPP	-	-	-	(620)
Ganho no recebimento de ações em transferência	-	(1.045)	-	(1.045)
Provisão para perda em venda de investimentos	12.410	-	12.410	-
Outros ajustes	(54)	(5)	(54)	82
Variações dos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	-	-	(87.537)	(101.020)
Estoques	(1.093)	-	(914)	6.365
Depósitos judiciais	(12)	80	(1.297)	(3.368)
Tributos a recuperar	408	(624)	(12.806)	(11.046)
Despesas antecipadas	8	218	(2.422)	2.542
Outros ativos	8	55	(4.961)	228
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	1.505	(2.957)
Fornecedores	259	71	3.413	(8.293)
Ônus da concessão	-	-	7.209	456
Obrigações tributárias	137	898	(5.146)	(554)
Obrigações trabalhistas	1.614	3.377	7.456	14.091
Partes relacionadas, líquidas	(2.172)	(86)	216	(2.955)
ICMS a devolver a clientes	-	-	120	(541)
Outras obrigações	232	(9.141)	2.744	(11.127)
	(2.394)	371	664.026	541.050
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(48)	(119.789)	(110.018)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.926)	(3.650)	(72.371)	(73.635)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	-	-	(752)	(701)
Pagamento de juros de debêntures e notas comerciais escriturais	(41.385)	(22.436)	(102.541)	(51.180)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(45.705)	(25.763)	368.573	305.516
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao imobilizado	(277)	(225)	(6.953)	(5.238)
Adições ao ativo de contrato e intangível	(3.593)	(5.730)	(423.119)	(251.393)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	-	65	704	406
Mútuos concedidos	-	(9.533)	-	(5.000)
Recebimento de mútuo	5.155	5.687	5.155	-
Aporte de capital em investidas	(129.995)	(309.106)	(105.000)	(300.000)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	235.386	153.644	-	-
Fluxo de caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	106.676	(165.198)	(529.213)	(561.225)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(46.428)	(65.000)	(67.502)	(77.843)
Recompra de ações	-	(36.393)	-	(36.393)
Captações das debêntures e notas comerciais escriturais	-	245.040	198.424	661.817
Captações de empréstimos e financiamentos	-	25.000	121.382	120.569
Captações de mútuo	45	80	-	-
Pagamento dos arrendamentos	-	-	(3.424)	(2.838)
Pagamento das debêntures e notas comerciais escriturais	(14.287)	(14.286)	(31.474)	(28.761)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	(25.000)	(127.953)	(139.779)
Pagamento de mútuo	(274)	(323)	-	-
Derivativos recebidos	-	-	378	(68)
Parceria Público-Privada – PPP	-	-	6.935	11.936
Fluxo de caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(60.944)	129.118	96.766	508.640
Aumento (redução) líquido(a) no caixa e equivalentes de caixa	27	(61.843)	(63.874)	252.931
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.353	91.196	521.844	268.913
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	29.380	29.353	457.970	521.844

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. ("SAAB" ou "Companhia"), com sede localizada à Rua Marquês de Paraná, 110–Parte, Centro, no município de Niterói–RJ–Brasil, foi constituída em 23 de junho de 2008 e tem por objeto social a participação societária em outras sociedades. A SAAB, através de suas controladas e controladas em conjunto, desenvolve atividades empresariais de prestação de serviços nos segmentos de saneamento básico e de tratamento de resíduos industriais no Brasil, bem como presta serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional e administrativa para a gestão centralizada. A Companhia em conjunto com suas subsidiárias forma o Grupo Águas do Brasil ("Grupo GAB" ou "Grupo"). As atividades de saneamento básico são realizadas com base em contratos de serviços de longo prazo assim classificados: **I. Concessões públicas:** Contratos de prestação de serviços de longo prazo com o Poder Concedente (prefeituras e/ou órgãos públicos), representados por concessões públicas, nos quais as controladas diretas e controladas em conjunto da Companhia atuam como concessionárias de serviços públicos. a. Gestão Plena: O objeto desses contratos é a concessão, em caráter de exclusividade, da gestão integrada dos serviços de saneamento básico de águas e de esgotos sanitários, incluídas a operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e cobrança direta aos usuários.

Concessionária	Sigla	CNPJ	Área de atuação	Data do ato	Data de vencimento	Poder Concedente	Estado
Águas de Niterói S.A.	CAN	02.150.336/0001-66	Perímetro urbano de Niterói	nov/99	nov/49	Empresa Municipal de Moradia Urbanização e Saneamento–EMUSA	RJ
Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.	CAJ	02.013.199/0001-18	Áreas urbanas de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá) e Silva Jardim	jan/98	jan/48	Municípios de Araruama, Saquarema e Silva Jardim	RJ
Águas do Paraíba S.A.	CAP	01.280.003/0001-99	Perímetro urbano de Campos dos Goytacazes	set/99	set/59	Município de Campos dos Goytacazes	RJ
Águas do Imperador S.A.	CAI	02.150.327/0001-75	Perímetro urbano de Petrópolis (inclusive sedes distritais)	jan/98	jan/43	Município de Petrópolis	RJ
Águas das Agulhas Negras S.A.	CAAN	09.195.493/0001-37	Perímetro urbano de Resende (inclusive sedes distritais)	jan/08	jan/38	Agência de Saneamento Básico do Município de Resende–SANEAR	RJ
Águas de Nova Friburgo Ltda.	CANF	03.119.806/0001-91	Perímetro urbano de Nova Friburgo	jul/99	jul/39	Município de Nova Friburgo	RJ
Concessionária Águas de Paraty S.A.	CAPY	19.080.515/0001-77	Perímetro urbano de Paraty	fev/14	fev/44	Município de Paraty	RJ
Águas de Araçoiaba S.A.	CAA	11.347.020/0001-50	Limite territorial de Araçoiaba da Serra	nov/09	nov/39	Município de Araçoiaba da Serra	SP
Águas de Votorantim S.A.	CAV	14.192.039/0001-62	Limite territorial de Votorantim	mai/12	mai/42	Município de Votorantim	SP
Águas de Jahu S.A.	CAJA	20.918.034/0001-77	Perímetro urbano de Jahu	abr/15	abr/50	Município de Jahu	SP
Águas de Pará de Minas S.A.	CAPAM	18.494.424/0001-15	Perímetro urbano de Pará de Minas	abr/15	abr/50	Município de Pará de Minas	MG
Águas da Condessa S.A.	CAC	37.353.051/0001-07	Perímetro urbano de Paraíba do Sul	dez/20	dez/55	Município de Paraíba do Sul	RJ
Rio+ Saneamento BL3 S.A.	Rio+ BL3	42.292.007/0001-74	17 municípios do Estado do Rio de Janeiro	ago/22	ago/57	Governo do Estado do Rio de Janeiro	RJ
Águas da Imperatriz S.A.	CAIZ	39.523.638/0001-42	Perímetro urbano de Teresópolis	jan/24	jan/49	Município de Teresópolis	RJ

Águas da Imperatriz Participações S.A. e Águas da Imperatriz S.A.: No dia 25 de agosto de 2023, a Águas da Imperatriz Participações S.A., subsidiária integral da SAAB, foi a licitante vencedora da Concorrência Pública nº 002/2023 da Prefeitura de Teresópolis, referente à concessão dos serviços públicos relativos a gestão, estruturação de projetos de implantação, expansão, restauração e operação do sistema de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. Conforme o edital de concorrência pública, a licitante vencedora deveria constituir, previamente à assinatura do contrato, a sociedade concessionária. Desta forma, foi constituída a Águas da Imperatriz S.A.. O contrato de concessão tem vigência de 25 anos, a contar do primeiro dia útil seguinte à emissão da Ordem de Início. b. Gestão parcial: O objeto dos contratos da controlada SANEJ e da controlada em conjunto F.AB Zona Oeste S.A. é o tratamento de esgoto, compreendendo a construção, operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação e exploração das obras públicas. A concessionária Rio+ Saneamento BL3 S.A. possui como gestão parcial o tratamento e distribuição de água para 22 bairros da cidade do Rio de Janeiro.

Concessionária	Sigla	CNPJ	Área de atuação	Data do ato	Data de vencimento	Poder Concedente	Estado
SANEJ–Saneamento de Jaú Ltda.	SANEJ	03.708.169/0001-99	Limite territorial de Jaú	mar/00	mar/25	Município de Jaú	SP
F.AB Zona Oeste S.A.	F.AB	14.863.079/0001-99	Área de planejamento 5 do município do Rio de Janeiro	jan/12	jan/42	Município do Rio de Janeiro	RJ
Rio+ Saneamento BL3 S.A.	Rio+ BL3	42.292.007/0001-74	22 bairros da cidade do Rio de Janeiro	ago/22	ago/57	Governo do Estado do Rio de Janeiro	RJ

II. Clientes privados: Contratos de longo prazo representados pela prestação de serviços de tratamento de resíduos e efluentes industriais.

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.03.28 07:00:07 -03'00'

SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.

CNPJ 09.266.129/0001-10

Concessionária	Sigla	CNPJ	Objeto do contrato	Data do ato	Data de vencimento	Principais clientes
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	SAAL	12.364.969/0001-20	Prover serviços e exercer atividades, técnicas, operacionais, de consultoria, implantação e gestão relacionadas a águas, resíduos líquidos e sólidos, solos contaminados, poluição atmosférica, soluções ambientais.	Diversos	-	Nissan / Land Rover
F.AB Zona Oeste S.A.	F.AB	14.863.079/0001-99	Área de planejamento 5 do município do Rio de Janeiro	jan/12	jan/42	Município do Rio de Janeiro
Rio+ Saneamento BL3 S.A.	Rio+ BL3	42.292.007/0001-74	22 bairros da cidade do Rio de Janeiro	ago/22	ago/57	Governo do Estado do Rio de Janeiro

Venda da controlada Águas de Araçoiaba S.A.: Em 18 de dezembro de 2023, foi celebrado um contrato de compra e venda de ações e outras avenças, entre a atual acionista, Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. ("vendedora"), e a Terracom Concessões e Participações Ltda. ("compradora" ou "Terracom"). Neste contrato, a compradora expressa sua intenção de adquirir a totalidade das ações da Águas de Araçoiaba S.A. da vendedora, que por sua vez manifesta seu interesse em vender à compradora a totalidade destas ações. O fechamento desta transação ocorreu em 1º de março de 2024, data em que ocorreu a transferência, pela SAAB para a Terracom, de 100% das ações de emissão da controlada Águas de Araçoiaba S.A., mediante o pagamento do preço das ações à vendedora, conforme condições contratuais. Para maiores detalhes, vide Nota 15. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("Grupo") foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. O Grupo preparou essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto. Em 26 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as informações financeiras da Companhia e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo. O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle. O resultado, e cada componente de outros resultados abrangentes, são atribuídos aos sócios controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos sócios não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos, passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas, cuja participação percentual na data do balanço encontra-se apresentada abaixo.

	Participação[1]	
	31/12/2023	31/12/2022
Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.	**90,53%**	90,53%
Águas do Paraíba S.A.	**90,86%**	90,86%
Águas de Niterói S.A.	**90,87%**	90,87%
Águas do Imperador S.A.	**90,87%**	90,87%
Águas das Agulhas Negras S.A.	**100,00%**	100,00%
Águas de Nova Friburgo Ltda.	**100,00%**	100,00%
Águas de Araçoiaba S.A.	**100,00%**	99,99%
SANEJ–Saneamento de Jaú Ltda.	**100,00%**	100,00%
SAAB Participações e Novos Negócios S.A.	**100,00%**	100,00%
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	**100,00%**	100,00%
Concessionária Águas de Paraty S.A.	**100,00%**	100,00%
Águas de Jahu S.A.	**100,00%**	100,00%
Águas de Pará de Minas S.A.	**100,00%**	100,00%
Gadugi Participações S.A.	**100,00%**	100,00%
Águas da Condessa S.A.	**100,00%**	100,00%
Águas da Imperatriz Participações S.A.	**100,00%**	-

[1] Os percentuais foram fixados em duas casas decimais. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para o Grupo. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Infraestrutura – SAAL	5 anos
Outros imobilizados	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.4. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito do Grupo de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.5. Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: As Concessionárias reconhecem como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pelas Concessionárias. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pelas Concessionárias. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Outorga da concessão: Refere-se à outorga registrada no ativo intangível (Nota 14). A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pelas concessionárias do Grupo, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. c) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros–custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros–valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros–mensuração inicial: No reconhecimento inicial o Grupo mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros–mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros–reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros do Grupo são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, notas comerciais escriturais, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. Passivos financeiros–mensuração subsequente: • *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • O Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos do Grupo são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da SAAB e suas controladas. **3.8. Ativos não circulantes mantidos para venda:** O Grupo classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando a sua recuperação se dará principalmente por meio de uma transação de venda, em vez de seu uso contínuo. Esses ativos são avaliados pelo menor valor entre seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda consistem nas despesas adicionais diretamente atribuíveis à venda, excluindo as despesas financeiras e os tributos sobre o lucro. Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. **3.9. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.10. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor, ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios. O Grupo possui empresas optantes por regime tributário através do lucro real e lucro presumido. Para as investidas optantes pelo lucro real, o imposto de renda foi calculado à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10%, definidos pela legislação vigente, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Para a empresa optante pelo lucro presumido, a investida SANEJ–Saneamento de Jaú Ltda., de acordo com a legislação fiscal vigente para empresa de prestação de serviços de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários, a base de cálculo para tributação é de 32% (trinta e dois por cento) do valor dos serviços prestados, acrescidos de 100% (cem por cento) das demais receitas para apuração dos impostos. O imposto de renda é calculado trimestralmente à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre a base apurada, tendo um imposto adicional de 10% (dez por cento) incidente sobre o que exceder a sessenta mil reais em cada trimestre. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% (nove por cento) sobre a base de cálculo apurada. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza ("ISS") [1]	2,00% a 5,00%

[1] Refletem as alíquotas básicas vigentes de acordo com o município onde o serviço é prestado. Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.11. Provisões:** Geral: São reconhecidas quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.12. Receita operacional:** i) Receita de prestação de serviços: Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) Receitas de construção: A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, o Grupo estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. **3.13. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multas vinculadas à operação, juros sobre mútuos e ganhos com derivativos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências, descontos concedidos e perdas com derivativos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. **3.14. Demonstração do valor adicionado:** A NBC TG 09–Demonstração do Valor Adicionado recomenda, para entidade sob a forma jurídica de sociedade por ações, a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Neste sentido, a Companhia preparou essas demonstrações de acordo com o CPC 09–Demonstração do Valor Adicionado. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. **3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2023 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. CPC 50–Contratos de seguro: uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica ao Grupo. CPC 23: Definição de estimativas contábeis: as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. Essa norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo. CPC 26 (R1) e IFRS *Practice Statement* 2: Divulgação de políticas contábeis: as alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras do Grupo. Reforma tributária internacional (regras do modelo do pilar dois): Alterações no CPC 32: as alterações foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: (i) uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e (ii) requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Grupo, pois o Grupo não está sujeito às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano. **3.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de locação em um *sale and leaseback* (transação de venda e retroarrendamento): as alterações foram para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. O Grupo não espera que tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras. CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante: as alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros do Grupo. Acordos de financiamento de fornecedores: Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): alterações para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. O Grupo está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma a partir da vigência. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das demonstrações contábeis pelo Grupo requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: *a) Vida útil dos ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pelo Grupo, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pelo Grupo. *b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *c) Provisão para perdas de crédito para as contas a receber:* O Grupo registra as perdas de crédito esperadas de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Concessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. *d) Receita não faturada:* As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.12 e 7. **5. Gestão de riscos financeiros: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** O Grupo efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

			Controladora			
			31/12/2023		31/12/2022	
	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	**29.357**	**29.357**	29.336	29.336
Contratos de mútuo	Custo amortizado	-	**21.577**	**21.577**	23.384	23.384
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	**676**	**676**	417	417
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	**26.782**	**26.782**	25.020	25.020
Debêntures	Custo amortizado	-	**263.386**	**263.386**	278.373	278.373
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	**454**	**454**	465	465
Contratos de mútuo	Custo amortizado	-	**44**	**44**	266	266

			Consolidado			
			31/12/2023		31/12/2022	
	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	**457.102**	**457.102**	463.793	463.793
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	**353.584**	**353.584**	302.615	302.615
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	**14.085**	**14.085**	15.590	15.590
Contratos de mútuo	Custo amortizado	-	**21.577**	**21.577**	23.384	23.384
Operações com derivativos	Valor justo por meio de resultado	**Nível 2**	**1.323**	**1.323**	1.540	1.540
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	**36.356**	**36.356**	32.943	32.943
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	**734.729**	**734.729**	728.972	728.972
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	**5.547**	**5.547**	6.631	6.631
Debêntures e notas comerciais escriturais	Custo amortizado	-	**1.057.652**	**1.057.652**	874.922	874.922
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	**135.456**	**135.456**	5.767	5.767
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	**226**	**226**	213	213

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. **5.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pelo Grupo, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. O Grupo utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Companhia e suas controladas obtêm empréstimos e financiamentos, debêntures ou notas

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.03.28 07:00:28 -03'00'

SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.

CNPJ 09.266.129/0001-10

comerciais escriturais em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"), do Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") e da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. O Grupo também está exposto à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais (sem os custos de transação), utilizou as projeções do CDI, IPCA, SELIC e TJLP para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica Focus, do Banco Central do Brasil e do Banco Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

		Controladora			
Operação	Risco	Valor Contábil	Cenário I provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	29.357	31.967	32.619	33.273
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(26.782)	(29.163)	(29.757)	(30.355)
Debêntures	CDI	(267.134)	(290.882)	(296.813)	(302.770)
Passivo líquido		(264.559)	(288.078)	(293.951)	(299.852)
Efeito líquido			(23.519)	(29.392)	(35.293)
CDI (a.a.)			8,89%		

		Consolidado			
Operação	Risco	Valor Contábil	Cenário I provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	457.102	497.738	507.886	518.079
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	12.473	13.582	13.859	14.137
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(205.981)	(224.293)	(228.865)	(233.459)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(184.709)	(191.857)	(193.649)	(195.441)
Empréstimos e financiamentos	SELIC	(1.462)	(1.594)	(1.626)	(1.659)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(291.355)	(309.244)	(313.731)	(318.189)
Debêntures e notas comerciais	CDI	(768.444)	(836.759)	(853.818)	(870.954)
Debêntures e notas comerciais	IPCA	(306.890)	(318.767)	(321.743)	(324.720)
Passivo líquido		(1.289.266)	(1.371.194)	(1.391.687)	(1.412.206)
Efeito líquido			(81.928)	(102.421)	(122.940)
CDI (a.a.)			8,89%		
IPCA (a.a.)			3,87%		
TJLP (a.a.)			6,14%		
Selic (a.a.)			9,00%		

5.3. Risco de liquidez: É o risco de o Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos e financiamentos e às debêntures e notas comerciais escriturais, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores não descontados):

	Controladora			
	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	676	676	-	-
Empréstimos e financiamentos	26.782	1.782	-	25.000
Debêntures	267.135	62.589	45.455	159.091
Débitos com partes relacionadas	454	454	-	-
Contratos de mútuo	44	44	-	-
	295.091	65.545	45.455	184.091

	Controladora			
	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	417	417	–	–
Empréstimos e financiamentos	25.020	25.020	–	–
Debêntures	282.898	25.755	52.598	204.545
Débitos com partes relacionadas	465	465	–	–
Contratos de mútuo	266	266	–	–
	309.066	51.923	52.598	204.545

	Consolidado			
	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	36.536	36.536	-	-
Empréstimos e financiamentos	746.137	174.917	55.148	516.072
Passivos de arrendamento	5.547	3.496	1.211	840
Debêntures e notas comerciais escriturais	1.075.334	186.014	339.909	549.411
Ônus da concessão	135.456	135.456	-	-
Débitos com partes relacionadas	226	226	-	-
	1.999.236	536.645	396.268	1.066.323

	Consolidado			
	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	32.943	32.614	–	329
Empréstimos e financiamentos	738.529	196.876	133.479	408.174
Passivos de arrendamento	6.631	3.051	2.592	988
Debêntures e notas comerciais escriturais	893.376	66.308	205.555	621.513
Ônus da concessão	5.767	5.767	–	–
Débitos com partes relacionadas	213	213	–	–
	1.677.459	304.829	341.626	1.031.004

5.4. Gestão de capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, as debêntures, notas comerciais escriturais e passivos de arrendamento, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa e operações com derivativos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	26.782	25.020	734.729	728.972
Passivos de arrendamento (Nota 18)	-	-	5.547	6.631
Debêntures e notas comerciais escriturais (Nota 19)	263.386	278.373	1.057.652	874.922
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(29.380)	(29.353)	(457.970)	(521.844)
(-) Operações com derivativos	-	-	(1.323)	(1.540)
Dívida líquida (a)	260.788	274.040	1.338.635	1.087.141
Total do patrimônio líquido (b)	1.220.637	1.074.602	1.281.975	1.132.711
Total do capital (a+b)	1.481.425	1.348.642	2.620.610	2.219.852
Índice de alavancagem financeira–% [a/(a+b)]	17,60%	20,32%	51,08%	48,97%

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	23	17	868	58.051
Aplicações financeiras	29.357	29.336	457.102	463.793
	29.380	29.353	457.970	521.844

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber correspondem aos serviços de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários e são registradas após aferição do consumo efetivo dos serviços, acrescidos de estimativa de receitas oriundas dos serviços que ainda não foram faturados. As contas a receber estão compostas como segue:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Clientes (a)	466.960	432.562
Clientes–parcelamento (b)	51.689	51.380
Pontos arrecadadores (c)	6.852	3.335
Provisão para perdas de créditos das contas a receber	(184.327)	(184.662)
	341.174	302.615
Ativo circulante	321.985	283.415
Ativo não circulante	19.189	19.200

(a) Representam o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos e ainda não faturados. (b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e as Concessionárias para a quitação de seus débitos. (c) São agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para as Concessionárias. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
A vencer		
Faturado	93.932	83.517
Não faturado	84.278	72.509
Vencidas		
Até 30 dias	58.373	51.411
De 31 a 60 dias	18.389	16.981
De 61 a 90 dias	11.729	11.169
De 91 a 180 dias	29.681	28.804
Mais de 180 dias	229.119	222.886
	525.501	487.277

8. Tributos a recuperar: Os impostos e contribuições a recuperar estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ	11.482	6.611	14.169	10.872
CSLL	1.682	747	1.818	902
PIS	279	-	502	219
COFINS	-	-	1.032	1.010
ISS	-	2	-	2
ICMS	-	-	3	3
Outros	8	8	13	11
	13.451	7.368	17.537	13.019
Ativo circulante	13.451	7.368	16.017	10.741
Ativo não circulante	-	-	1.520	2.278

9. Aplicações financeiras vinculadas

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações com o BNDES (i)		
Águas de Niterói S.A.	-	3.236
Águas do Paraíba S.A.	4.142	4.204
Águas do Imperador S.A.	2.166	1.387
Águas de Pará de Minas S.A.	2.309	2.350
Águas de Nova Friburgo Ltda.	1.773	1.788
Águas de Condessa S.A.	257	-
Águas de Jahu S.A.	-	1.133
	10.647	14.098
Devolução ICMS (ii)		
Águas de Niterói S.A.	1.612	1.409
	1.612	1.409
Obrigações com a Caixa Econômica Federal (iii)		
Águas das Agulhas Negras S.A.	1.826	83
	1.826	83
	14.085	15.590

i) Obrigação das controladas que possuem contrato de financiamento celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES", onde as mesmas obrigam-se, como garantia do pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a constituir uma "Conta reserva" com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das amortizações e juros da dívida, vencíveis nos três meses subsequentes. Esta conta é regulada por contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e outras avenças, celebrados entre as controladas, o BNDES e outras instituições financeiras intervenientes. ii) Em virtude do processo referente à devolução de ICMS não reclamado aos clientes das controladas Águas de Niterói S.A. e Águas de Juturnaíba S.A., foram abertas contas de poupança no Banco do Brasil. iii) Obrigações da controlada Águas das Agulhas Negras S.A. constante do contrato de financiamento celebrado com à Caixa Econômica Federal – CEF, correspondente à contrapartida com recursos próprios, destinada à execução de projetos, obras e serviços relativos ao empreendimento financiado. **10. Investimentos:** O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas e controladas em conjunto. As informações abaixo foram apresentadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

		Investimentos			
		Controladora		Consolidado	
Investidas	Controle	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.	Controlada	92.881	80.701	-	-
Águas do Paraíba S.A.	Controlada	173.300	165.760	-	-
Águas de Niterói S.A.	Controlada	227.401	233.118	-	-
Águas do Imperador S.A.	Controlada	112.821	95.192	-	-
Águas de Araçoiaba S.A.	Controlada	-	21.626	-	-
Águas das Agulhas Negras S.A.	Controlada	79.921	72.304	-	-
Águas de Nova Friburgo Ltda.	Controlada	95.273	79.714	-	-
SANEJ–Saneamento de Jaú Ltda.	Controlada	20.300	21.758	-	-
SAAB Participações e Novos Negócios S.A.	Controlada	36	2	-	-
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	Controlada	20.567	24.966	-	-
Concessionária Águas de Paraty S.A.	Controlada	5.987	2.278	-	-
Águas de Jahu S.A.	Controlada	46.749	32.722	-	-
Águas de Pará de Minas S.A.	Controlada	51.142	41.783	-	-
Gadugi Participações S.A.	Controlada	(681)	(336)	-	-
Águas da Condessa S.A.	Controlada	4.564	3.386	-	-
Águas de Imperatriz	Controlada	17.295	-	-	-
Águas de Votorantim S.A.	Controlada em conjunto	25.768	20.682	25.768	20.682
F.AB. Zona Oeste S.A.	Controlada em conjunto	59.379	71.308	59.379	71.308
Rio+ Saneamento Participações S.A.	Controlada em conjunto	299.803	267.538	299.803	267.538
		1.332.506	1.234.502	384.950	359.528
Ativo não circulante Investimentos		1.333.187	1.234.838	384.950	359.528
Passivo não circulante Provisão para perdas em investimentos		(681)	(336)	-	-

A movimentação dos investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto é demonstrada abaixo:

	Controladora							
Investidas	31/12/2022	Aporte de capital	Juros sobre o capital próprio	Dividendos	Equivalência patrimonial	Baixa de Investimentos	Outros resultados abrangentes	31/12/2023
Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.	80.701	-	(5.192)	(27.388)	44.760	-	-	92.881
Águas do Paraíba S.A.	165.760	-	(10.583)	(37.121)	55.245	-	-	173.300
Águas de Niterói S.A.	233.118	-	(14.150)	(112.184)	120.617	-	-	227.401
Águas do Imperador S.A.	95.192	-	(6.350)	(7.993)	31.972	-	-	112.821
Águas de Araçoiaba S.A.	21.626	4.953	-	-	(4.042)	(22.537)	-	-
Águas das Agulhas Negras S.A.	72.304	-	-	(2.372)	9.989	-	-	79.921
Águas de Nova Friburgo Ltda.	79.712	-	(5.288)	(6.948)	27.797	-	-	95.273
SANEJ–Saneamento de Jaú Ltda.	21.758	-	-	-	(1.458)	-	-	20.300
SAAB Participações e Novos Negócios S.A.	2	-	-	(11)	45	-	-	36
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	24.967	-	(1.472)	(10.808)	7.880	-	-	20.567
Concessionária Águas de Paraty S.A.	2.278	-	-	-	3.709	-	-	5.987
Águas de Jahu S.A.	32.722	-	-	-	14.027	-	-	46.749
Águas de Pará de Minas S.A.	41.783	-	-	(2.915)	12.274	-	-	51.142
Gadugi Participações S.A.	(336)	41	-	-	(386)	-	-	(681)
Águas da Condessa S.A.	3.387	-	-	-	1.177	-	-	4.564
Águas da Imperatriz Participações S.A.[1]	-	20.001	-	-	(2.706)	-	-	17.295
Águas de Votorantim S.A.	20.682	-	-	(1.584)	6.670	-	-	25.768
F.AB. Zona Oeste S.A.	71.308	-	-	-	(11.807)	-	(122)	59.379
Rio+ Saneamento Participações S.A.	267.538	105.000	-	-	(72.735)	-	-	299.803
	1.234.502	129.995	(43.035)	(209.324)	243.027	(22.537)	(122)	1.332.506

[1] Em 11 de setembro de 2023. a empresa Águas do Brasil SPE V S.A, alterou sua denominação e passou a se chamar Águas da Imperatriz Participações S.A.

	Consolidado					
Investidas	31/12/2022	Aporte de capital	Dividendos	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	31/12/2023
Águas de Votorantim S.A.	20.682	-	(1.584)	6.670	-	25.768
F.AB.. Zona Oeste S.A.	71.308	-	-	(11.807)	(122)	59.379
Rio+ Saneamento Participações S.A.	267.538	105.000	-	(72.735)	-	299.803
	359.528	105.000	(1.584)	(77.872)	(122)	384.950

As principais informações das controladas em 31 de dezembro de 2023 estão apresentadas a seguir:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.	148.434	304.722	60.883	289.679	102.594	256.539	49.442
Águas do Paraíba S.A.	142.152	347.870	107.298	191.996	190.728	328.842	60.799
Águas de Niterói S.A.	208.547	372.451	141.361	189.379	250.258	619.801	132.741
Águas do Imperador S.A.	75.877	187.082	54.493	84.305	124.161	190.377	35.185
Águas de Araçoiaba S.A.	3.598	30.801	11.643	219	22.537	18.436	(4.042)
Águas das Agulhas Negras S.A.	14.721	148.935	30.744	52.991	79.921	93.974	9.989
Águas de Nova Friburgo Ltda.	46.801	189.436	50.444	90.519	95.274	156.748	27.797
SANEJ–Saneamento de Jaú Ltda.	1.399	22.640	3.739	-	20.300	11.523	(1.458)
SAAB Participações e Novos Negócios S.A.	60	13	37	-	36	-	45
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	17.053	30.132	19.202	7.416	20.567	21.475	7.881
Concessionária Águas de Paraty S.A.	15.527	8.250	9.139	8.651	5.987	21.217	3.709
Águas de Jahu S.A.	35.850	94.761	25.355	58.507	46.749	111.040	14.027
Águas de Pará de Minas S.A.	34.123	102.301	28.931	56.351	51.142	82.620	12.274
Gadugi Participações S.A.	6	1.208	1.267	628	(681)	-	(386)
Águas da Condessa S.A.	22.497	28.661	27.578	19.016	4.564	25.683	1.178
Águas da Imperatriz Participações S.A.	36.396	309.179	127.986	200.294	17.295	-	(2.706)

As informações financeiras resumidas das empresas controladas em conjunto e a conciliação dos investimentos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 são apresentadas abaixo:

	Águas de Votorantim S.A.	F.AB. Zona Oeste S.A.	Rio+ Saneamento Participações S.A. Consolidado
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	16.790	35.077	326.716
Outros ativos circulantes	13.326	163.093	369.392
Ativos não circulantes	92.975	1.164.123	2.768.747
Passivos circulantes			
Empréstimos e financiamentos	5.397	31.294	-
Passivos de arrendamento	239	2.168	2.265
Debêntures	-	13.451	-
Outros passivos circulantes	17.409	50.314	133.121
Empréstimos e financiamentos	54.621	941.777	-
Passivos de arrendamento	667	1.502	1.667
Debêntures	-	98.828	2.340.929
Outros passivos não circulantes	1.811	104.202	487.201
Patrimônio líquido	42.947	118.759	499.672
Participação proporcional da SAAB	60%	50%	60%
Valor contábil do investimento	25.768	59.379	299.803

	Águas de Votorantim S.A.	F.AB. Zona Oeste S.A.	Rio+ Saneamento Participações S.A. Consolidado
Receita líquida	77.909	399.962	911.527
Custo dos serviços prestados			
Depreciação e amortização	(3.974)	(44.587)	(71.606)
Outros custos dos serviços prestados	(40.442)	(145.061)	(677.095)
Receitas (despesas) operacionais			
Depreciação e amortização	(432)	(13.857)	(3.232)
Outras despesas gerais e administrativas	(15.563)	(120.080)	(199.326)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	2.859	18.422	45.567
Despesas financeiras	(3.642)	(130.457)	(189.506)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	16.715	(35.658)	(183.671)
Imposto de renda e contribuição social	(5.597)	12.045	62.445
Lucro (prejuízo) do exercício	11.118	(23.613)	(121.226)
Participação proporcional da SAAB	60%	50%	60%
Participação da SAAB nos resultados	6.670	(11.807)	(72.735)

11. Ativo de direito de uso

	Consolidado					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Imóveis	11.025	(6.127)	4.898	10.625	(4.637)	5.988

Movimentação do ativo de direito de uso:

	Consolidado				
	Saldos em 31/12/2022	Adições	Amortização	Baixas	Saldos em 31/12/2023
Imóveis	5.988	2.505	(3.419)	(176)	4.898

	Consolidado			
	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Imóveis	3.104	5.856	(2.972)	5.988

12. Imobilizado

		Controladora			
		31/12/2023			31/12/2022
	Taxa de depreciação anual	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	1.296	(1.083)	213	227
Máquinas e equipamentos	10%	238	(51)	187	21
Móveis e utensílios	10%	1.046	(828)	218	260
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	346	(258)	88	106
Outros imobilizados	10%	30	(30)	-	-
		2.956	(2.250)	706	614

		Consolidado			
		31/12/2023			31/12/2022
	Taxa de depreciação anual	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Equipamentos de informática	20%	23.130	(15.179)	7.951	6.326
Veículos	20%	8.303	(6.251)	2.052	2.279
Máquinas e equipamentos	10%	2.709	(1.110)	1.599	988
Móveis e utensílios	10%	10.191	(6.068)	4.123	3.633
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	3.992	(3.131)	861	1.035
Infraestrutura – SAAL	4% e 7,45%	44.101	(18.390)	25.711	27.981
Outros imobilizados	10%	477	(467)	10	1
Total do imobilizado em serviço		92.903	(50.596)	42.307	42.243
Imobilizado em curso					
Infraestrutura em construção–SAAL		741	-	741	652
Total do imobilizado em curso		741	-	741	652
Total do imobilizado		93.644	(50.596)	43.048	42.895

A Infraestrutura–SAAL representa o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços e sua respectiva amortização acumulada, calculada com base no prazo dos respectivos contratos.

Movimentação do imobilizado:

	Controladora			
	Saldos em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2023
Equipamentos de informática	227	60	(74)	213
Máquinas e equipamentos	21	172	(6)	187
Móveis e utensílios	260	45	(87)	218
Benfeitorias em imóveis de terceiros	106	-	(18)	88
	614	277	(185)	706

	Controladora			
	Saldos em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Equipamentos de informática	117	180	(70)	227
Veículos	1	-	(1)	-
Máquinas e equipamentos	28	1	(8)	21
Móveis e utensílios	303	44	(87)	260
Benfeitorias em imóveis de terceiros	122	-	(16)	106
	571	225	(182)	614

	Consolidado						
	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Reclassificação	Saldos em 31/12/2023
Equipamentos de informática	6.326	3.607	(23)	(2.361)	-	402	7.951
Veículos	2.279	742	(57)	(912)	-	-	2.052
Máquinas e equipamentos	988	972	-	(199)	-	(162)	1.599
Móveis e utensílios	3.633	1.123	(38)	(766)	-	171	4.123
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.035	-	-	(174)	-	-	861
Infraestrutura–SAAL	27.981	-	-	(2.270)	-	-	25.711
Infraestrutura em construção–SAAL	652	60	-	-	29	-	741
Outros imobilizados	1	9	-	-	-	-	10
	42.895	6.513	(118)	(6.682)	29	411	43.048

	Consolidado				
	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Equipamentos de informática	5.295	3.049	(23)	(1.995)	6.326
Veículos	2.626	604	(8)	(943)	2.279
Máquinas e equipamentos	923	238	(15)	(158)	988
Móveis e utensílios	3.481	889	(46)	(691)	3.633
Benfeitorias em imóveis de terceiros	709	458	–	(132)	1.035
Infraestrutura–SAAL	30.677	–	(426)	(2.270)	27.981
Infraestrutura em construção–SAAL	652	–	–	–	652
Outros imobilizados	102	–	(101)	–	1
	44.465	5.238	(619)	(6.189)	42.895

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 referem-se a movimentações entre o imobilizado e o ativo de contrato.

13. Ativo de contrato

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Infraestrutura em construção	453.218	515.480
	453.218	515.480

Movimentação do ativo de contrato:

	Consolidado					
	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	Saldos em 31/12/2023
Infraestrutura em construção	515.480	247.856	(134)	(309.560)	(424)	453.218
	515.480	247.856	(134)	(309.560)	(424)	453.218

	Consolidado			
	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Infraestrutura em construção	379.684	236.209	(100.413)	515.480
	379.684	236.209	(100.413)	515.480

As transferências ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 referem-se a movimentações entre o imobilizado, intangível e o ativo de contrato.

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.03.28 07:00:49 -03'00'

SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.

CNPJ 09.266.129/0001-10

14. Intangível

	Taxa de amortização anual	Controladora 31/12/2023 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	2.836	(2.834)	2	2
Desenvolvimento de projetos	20%	13.501	(110)	13.391	9.841
		16.337	(2.944)	13.393	9.843

	Taxa de amortização anual	Consolidado 31/12/2023 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	7.261	(6.303)	958	1.075
Marcas e patentes		1	-	1	1
Desenvolvimento de projetos	20%	28.420	(11.898)	16.522	12.888
Outorga	Entre 2,87% e 5,08%	344.200	(6.132)	338.068	24.998
Concessão/Infraestrutura	(a)	1.968.976	(703.432)	1.265.544	1.039.667
		2.348.858	(727.765)	1.621.093	1.078.629

(a) Os valores reconhecidos na linha de Concessão/Infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas de amortização utilizadas variam por Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, conforme descrito na Nota 1, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Estas taxas variam entre 4% e 20%. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2023 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2023 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido
PMI–Proposta de Manifestação de Interesse	2.098	(191)	1.907	431
Direito da concessão de exploração	17.017	(4.567)	12.450	13.102
Captação	23.881	(4.530)	19.351	10.518
Adutoras	68.728	(18.420)	50.308	51.059
Estação de Tratamento de Água–ETA	97.365	(26.866)	70.499	41.081
Reservatório	43.615	(19.585)	24.030	23.955
Booster	18.005	(7.531)	10.474	9.968
Elevatória–água	8.228	(2.021)	6.207	6.545
Substituição/Expansão de rede de água	488.394	(158.545)	329.849	205.519
Ligação de água	63.743	(10.394)	53.349	42.466
Ligação de esgoto	73.695	(12.061)	61.634	49.321
Substituição/Expansão de rede de esgoto	443.362	(183.787)	259.575	257.631
Elevatória–esgoto	40.236	(9.599)	30.637	25.465
Estação de Tratamento de Esgoto–ETE	318.362	(118.062)	200.300	171.605
Biodigestores	2.890	(848)	2.042	1.354
Emissário	2.641	(500)	2.141	2.247
Benfeitorias em imóveis de terceiros	68.954	(25.354)	43.600	38.330
Máquinas e equipamentos	185.452	(98.963)	86.489	88.019
Máquinas e equipamentos–bens arrendados	2.169	(1.467)	702	1.051
Veículos	141	(141)	-	-
	1.968.976	(703.432)	1.265.544	1.039.667

Movimentação do intangível:

	Controladora Saldos em 31/12/2022	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2023
Softwares e aplicativos	2	-	-	2
Desenvolvimento de projetos	9.841	3.593	(43)	13.391
	9.843	3.593	(43)	13.393

	Controladora Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	1	2	(1)	2
Desenvolvimento de projetos	4.155	5.728	(42)	9.841
	4.156	5.730	(43)	9.843

	Consolidado Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	Transferência	Reclassificação	Saldos em 31/12/2023
Softwares e aplicativos	1.075	172	-	(329)	40	-	958
Marcas e patentes	1	-	-	-	-	-	1
Desenvolvimento de projetos	12.888	3.676	-	(42)	-	-	16.522
Outorga	24.998	314.200	-	(1.130)	-	-	338.068
Concessão/Infraestrutura	1.039.667	10.499	(458)	(93.668)	309.491	13	1.265.544
	1.078.629	328.547	(458)	(95.169)	309.531	13	1.621.093

	Consolidado Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização	Transferência	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	628	719	-	(272)	-	1.075
Marcas e patentes	1	-	-	-	-	1
Desenvolvimento de projetos	6.961	5.969	-	(42)	-	12.888
Outorga	25.856	-	-	(858)	-	24.998
Concessão/Infraestrutura	999.332	23.213	(322)	(82.969)	100.413	1.039.667
	1.032.778	29.901	(322)	(84.141)	100.413	1.078.629

As transferências ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. **15. Ativos classificados como mantidos para venda:** Em 18 de dezembro de 2023, a SAAB celebrou contrato de compra e venda com a Terracom para alienação do total de ações da controlada Águas de Araçoiaba S.A. A data de fechamento desta transação ocorreu em 1º de março de 2024, quando da transferência da contraprestação pela vendedora para a compradora, conforme condições contratuais, e transferência da totalidade das ações da controlada Águas de Araçoiaba S.A para a Terracom. Ativos classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. Na alienação da controlada Águas de Araçoiaba S.A., o valor contábil é de R$ 22.537 e o valor justo dos ativos líquidos das despesas de venda é de R$ 10.127. Desta forma, R$ 12.410 foram reconhecidos como despesa no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, na rubrica de outras despesas operacionais. Balanço patrimonial da controlada Águas de Araçoiaba em 31 de dezembro de 2023

Descrição	31/12/2023
Ativos circulantes	
Caixa e equivalentes de caixa	64
Outros ativos circulantes	3.534
Ativos não circulantes	30.801
Total do ativo	34.399
Passivos circulantes	
Empréstimos e financiamentos	9.937
Passivos de arrendamento	89
Outros passivos circulantes	1.617
Passivos não circulantes	
Passivos de arrendamento	144
Outros passivos não circulantes	75
Total do passivo	11.862
Patrimônio líquido	22.537
Total do passivo e patrimônio líquido	34.399

Demonstração do resultado da controlada Águas de Araçoiaba em 31 de dezembro de 2023

Descrição	31/12/2023
Receita líquida	18.436
Custo dos serviços prestados	(15.176)
Receitas (despesas) operacionais	(6.116)
Resultado financeiro líquido	
Receitas financeiras	245
Despesas financeiras	(1.436)
Prejuízo antes dos tributos	(4.047)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5
Prejuízo do exercício	(4.042)

16. Fornecedores: Os fornecedores estão assim representados:

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Materiais	129	57	11.189	10.687
Compra de água	-	-	14.534	13.934
Serviços	402	300	3.660	3.107
Infraestrutura	88	51	6.244	4.099
Outros	57	9	729	1.116
	676	417	36.356	32.943

17. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

Linha de crédito	Indexador	Juros	Controladora 31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos				
Capital de giro (e)	CDI	1,70% a.a.	26.782	25.020
Circulante			1.782	25.020
Não circulante			25.000	-

Linha de crédito	Indexador	Juros	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos				
FINAME PSI (a)	IPCA	3,5% a 6,75% a.a.	7.012	10.613
BNDES automático (a)	SELIC / TJLP	4,2% e 6,0% a.a.	3.663	5.367
FINEM (a)	TJLP / IPCA	3,97% a 7,78% a.a.	466.292	370.885
CCB (b)	TR / CDI	0,65% e 10,7% a.a.	12.682	22.406
FINEP (c)	TJLP	3,0% a.a.	1.453	2.453
Saneamento para todos (d)	TR	8,5% a.a.	54.045	50.508
Capital de giro (e)	CDI	1,04% a 2,28% a.a.	200.990	276.297
(-) Custos de transação			(11.408)	(9.557)
			734.729	728.972
Circulante			173.858	195.872
Não circulante			560.871	533.100
Arrendamentos				
Arrendamentos direito de uso		7,5% a 15,8% a.a.	5.547	6.631
Circulante			3.489	3.051
Não circulante			2.058	3.580
Endividamento total			740.276	735.603
Endividamento total–Circulante			177.347	198.923
Endividamento total–Não circulante			562.929	536.680

(a) As linhas de crédito FINAME PSI, BNDES AUTOMÁTICO e FINEM foram obtidas por determinadas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social–BNDES com o objetivo de aquisição de máquinas e equipamentos operacionais, bem como a reconstrução, modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Estas operações são amparadas por alienação fiduciária dos bens, cessão fiduciária de direitos creditórios, saldos em contas reserva, aplicações financeiras, vinculação da receita, caução, carta de fiança, aval e notas promissórias avalizadas por SAAB (Controladora). (b) A linha de crédito de Cédula de Crédito Bancário (CCB) foi obtida pelas controladas Águas de Nova Friburgo Ltda., Águas do Imperador S.A., Companhia Águas de Juturnaíba S.A. e Águas de Jahu S.A. com o objetivo de investimentos em ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a projetos de saneamento básico e possuem como garantia aval coobrigado de Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (c) A linha de crédito com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP foi obtida com o objetivo de elaboração e execução do plano estratégico de inovação da controlada Águas de Niterói S.A. e é amparada por seguro garantia. (d) A linha de crédito vinculada ao "Programa saneamento para todos" foi obtida pela controlada Águas das Agulhas Negras S.A. com a Caixa Econômica Federal, com o objetivo de investir em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sendo amparada por alienação fiduciária das ações, conta reserva, direitos creditórios, nota promissória e aval prestado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (e) A Companhia e as investidas Concessionária Águas de Juturnaíba S.A., Águas de Nova Friburgo Ltda., Águas do Paraíba S.A., Águas de Jahu S.A., Águas de Pará de Minas S.A., Águas das Agulhas Negras S.A., Águas de Niterói S.A., Águas de Araçoiaba S.A., Águas de Paraty S.A., Águas do Imperador S.A., Águas da Condessa S.A. e Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda. possuem contrato de capital de giro, com o objetivo de assegurar suas necessidades complementares de caixa. Covenants: Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (covenants) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2023. A movimentação dos empréstimos, financiamentos e arrendamento é como segue:

Empréstimos e financiamentos	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	25.020	25.021	728.972	734.563
Captações	-	25.000	124.236	121.719
Juros e encargos financeiros	3.688	3.649	79.317	82.797
Variações monetárias	-	-	4.380	3.165
Amortização de principal	-	(25.000)	(127.953)	(139.779)
Amortização de juros	(1.926)	(3.650)	(72.371)	(73.635)
Custo de transação	-	-	(2.854)	(1.150)
Amortização dos custos de transação	-	-	1.002	1.292
Saldo final	26.782	25.020	734.729	728.972

18. Debêntures e notas comerciais escriturais

Linha de crédito	Indexador	Juros	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	CDI / IPCA	0,70% a 7,33% a.a.				
Não conversíveis em ações			257.142	271.429	572.825	590.192
Juros e participações			9.992	11.469	13.956	15.040
Custos de transação a apropriar			(3.748)	(4.525)	(14.378)	(16.115)
Total de debêntures			263.386	278.373	572.403	589.117
Circulante			61.852	24.979	88.690	43.031
Não circulante			201.534	253.394	483.713	546.086
Notas comerciais estruturais	CDI	1,60% e 2,16% a.a.				
Principal			-	-	470.000	270.000
Juros e encargos			-	-	18.553	18.145
Custo de transação a apropriar			-	-	(3.304)	(2.340)
Total de notas comerciais estruturais			-	-	485.249	285.805
Circulante			-	-	94.347	17.583
Não circulante			-	-	390.902	268.222
Endividamento total			263.386	278.373	1.057.652	874.922
Endividamento total–Circulante			61.852	24.979	183.037	60.614
Endividamento total–Não circulante			201.534	253.394	874.615	814.308

A movimentação das debêntures é como segue:

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	278.373	36.044	589.117	198.574
Captações	-	250.000	-	405.091
Juros e encargos financeiros	39.908	33.411	73.731	55.662
Variações monetárias	-	-	359	494
Amortização de principal	(14.287)	(14.286)	(31.474)	(28.761)
Amortização de juros	(41.385)	(22.436)	(61.065)	(32.763)
Custos de transação	-	(4.960)	-	(10.464)
Amortização dos custos de transação	777	600	1.735	1.284
	263.386	278.373	572.403	589.117

A movimentação das notas comerciais escriturais é como segue:

	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	285.805	-
Captações	200.000	270.000
Juros e encargos financeiros	41.884	36.561
Amortização de juros	(41.476)	(18.417)
Custos de transação	(1.576)	(2.810)
Amortização dos custos de transação	612	471
	485.249	285.805

As parcelas de longo prazo das debêntures têm o seguinte cronograma de pagamento:

Controladora	31/12/2023 Dívida	Custos de transação	Total líquido	31/12/2022 Dívida	Custos de transação	Total líquido
2024	-	-	-	52.598	(737)	51.861
2025	45.455	(709)	44.746	45.455	(709)	44.746
2026	45.455	(709)	44.746	45.455	(709)	44.746
Após 2026	113.635	(1.593)	112.042	113.635	(1.594)	112.041
	204.545	(3.011)	201.534	257.143	(3.749)	253.394

Consolidado	31/12/2023 Dívida	Custos de transação	Total líquido	31/12/2022 Dívida	Custos de transação	Total líquido
2024	-	-	-	77.041	(1.628)	75.413
2025	62.767	(1.394)	61.373	61.994	(1.393)	60.601
2026	63.060	(1.393)	61.667	62.274	(1.393)	60.881
Após 2026	370.637	(9.964)	360.673	359.156	(9.965)	349.191
	496.464	(12.751)	483.713	560.465	(14.379)	546.086

As parcelas de longo prazo das notas comerciais escriturais têm o seguinte cronograma de pagamento:

Consolidado	31/12/2023 Dívida	Custos de transação	Total líquido	31/12/2022 Dívida	Custos de transação	Total líquido
2024	-	-	-	87.568	(562)	87.006
2025	277.143	(1.302)	275.841	87.568	(562)	87.006
2026	77.143	(563)	76.580	87.568	(562)	87.006
Após 2026	38.571	(90)	38.481	7.296	(92)	7.204
	392.857	(1.955)	390.902	270.000	(1.778)	268.222

Debêntures: a) Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.: *(i) 3ª emissão de debêntures:* Em 6 de maio de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, foi aprovada a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. O instrumento particular de escritura foi efetuado em 6 de maio de 2019, com debêntures no valor nominal de R$ 10, perfazendo o total de R$ 50.000. As debêntures têm prazo de vencimento de cinco anos, a contar da data de emissão, com amortizações e pagamentos de juros semestrais, sendo a primeira parcela devida em 5 de maio de 2021 e, em relação aos juros remuneratórios, em 5 de novembro de 2019. O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente e os juros remuneratórios serão correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 0,95% ao ano, base 252 dias úteis. Os recursos captados serão utilizados em suas controladas, refinanciamento do passivo financeiro e reforço de seu caixa. a) Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.: *(i) 4ª emissão de debêntures:* Em 13 de março de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, foi aprovada a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., tendo a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. como agente fiduciário. O instrumento particular de escritura foi efetuado em 13 de março de 2022, considerando a data de emissão das debêntures o dia 16 de março de 2022, com debêntures no valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 250.000. As debêntures têm prazo de vencimento de sete anos, a contar da data de emissão, com amortizações e pagamentos de juros semestrais, sendo a primeira parcela devida em 16 de março de 2024 e, em relação aos juros remuneratórios, em 16 de setembro de 2022. O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente e os juros remuneratórios serão correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de *spread* de 2,33% a.a., base 252 dias úteis. Os recursos captados serão utilizados para a realização de investimentos em sociedades controladas pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., refinanciamento de dívidas e/ou reforço de caixa da Companhia e/ou de suas controladas. b) Controlada Águas de Niterói S.A.: Em 30 de setembro de 2014 foram emitidas 5.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor nominal de R$ 10, perfazendo o total de R$ 52.000. As debêntures têm prazo de vencimento de dez anos a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 30 de setembro de 2024, data em que a controlada Águas de Niterói S.A. se obriga a proceder ao resgate das debêntures que ainda estiverem em circulação com o seu consequente cancelamento e pagamento de saldo do valor nominal unitário atualizado, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data de vencimento e a amortização do valor nominal unitário será feito em dezessete parcelas semestrais, sendo a primeira em 30 de setembro de 2016. As debêntures têm o seu valor nominal unitário atualizado a partir da data de emissão pela variação percentual acumulada das Taxas Referenciais, apuradas e divulgadas pelo Banco Central do Brasil ("TR" e "BACEN", respectivamente) e farão jus a uma remuneração correspondente à taxa equivalente a 9,9% ao ano, expressas na forma percentual ao ano, base 360 dias corridos. Os juros remuneratórios serão pagos mensalmente, a partir de 30 de outubro de 2014. Os recursos captados serão destinados a investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a projetos de saneamento e possuem como garantia a outorga de fiança pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. c) Controlada Águas do Paraíba S.A.: Em 30 de setembro de 2014, foram emitidas 4.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor nominal de R$ 10, perfazendo o total de R$ 48.000. As debêntures têm prazo de vencimento de dez anos a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 30 de setembro de 2024, data em que a controlada Águas do Paraíba S.A. se obriga a proceder ao resgate das debêntures que ainda estiverem em circulação com o seu consequente cancelamento e pagamento de saldo do valor nominal unitário atualizado, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data de vencimento e a amortização do valor nominal unitário será feito em dezessete parcelas semestrais, sendo a primeira em 30 de setembro de 2016. As debêntures têm o seu valor nominal unitário atualizado a partir da data de emissão pela variação percentual acumulada das Taxas Referenciais, apuradas e divulgadas pelo Banco Central do Brasil ("TR" e "BACEN", respectivamente) e farão jus a uma remuneração correspondente à taxa equivalente a 9,9% ao ano, expressas na forma percentual ao ano, base 360 dias corridos. Os juros remuneratórios serão pagos mensalmente, a partir de 30 de outubro de 2014. Os recursos captados serão destinados a investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a projetos de saneamento e possuem como garantia a outorga de fiança pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. d) Controlada Águas de Juturnaíba S.A.: Em 15 de novembro de 2020 foram emitidas 117.400 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 117.400. As debêntures têm prazo de vencimento de vinte anos, a contar da data de emissão, com amortização do valor nominal unitário em trinta e sete parcelas semestrais, sendo a primeira em 15 de novembro de 2022, e com vencimento final previsto para o dia 15 de novembro de 2040. As debêntures têm atualização monetária mensal do seu valor nominal unitário pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a primeira data de integralização até a data do seu efetivo pagamento, e farão jus a uma remuneração prefixada, correspondente a um percentual de 5,40% a.a., base 252 dias úteis. Os recursos captados destinam-se a investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas aos sistemas de saneamento e possuem como garantia a outorga de fiança pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. **Notas comerciais escriturais:** Em 24 de janeiro de 2022, as controladas Águas de Niterói S.A., Águas do Paraíba S.A., Águas do Imperador S.A. e Águas de Nova Friburgo Ltda. emitiram Notas Comerciais Escriturais para distribuição pública, com esforços restritos, tendo a instituição financeira Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. como fiadora, conforme detalhado a seguir: a) Controlada Águas de Niterói S.A.: Emissão de 85.000 Notas Comerciais Escriturais, em série única, no valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 85.000. b) Controlada Águas do Paraíba S.A.: Emissão de 90.000 Notas Comerciais Escriturais, em série única, no valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 90.000. c) Controlada Águas do Imperador S.A.: Emissão de 45.000 Notas Comerciais Escriturais, em série única, no valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 45.000. d) Controlada Águas de Nova Friburgo Ltda.: Emissão de 50.000 Notas Comerciais Escriturais, em série única, no valor nominal de R$ 1, perfazendo o total de R$ 50.000. O prazo de vencimento da dívida é de cinco anos, a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 24 de janeiro de 2027. Sobre as Notas Comerciais Escriturais incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do CDI, acrescida de *spread* de 2,16% a.a. A remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 24 de julho de 2022. O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais não será atualizado monetariamente. Os recursos captados serão destinados à recomposição do capital de giro das controladas citadas acima. As debêntures e notas comerciais escriturais possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2023. **19. Ônus da concessão:** O valor apresentado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2023 de R$ 135.456 (R$ 5.767 em 31 de dezembro de 2022) representa os exigíveis dos contratos de concessão das controladas. Destes, o montante de R$ 122.480 em 2023 corresponde à segunda parcela da outorga fixa da controlada indireta Águas da Imperatriz S.A., que será paga em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias após assinatura do contrato de concessão, com vencimento previsto para 01 de dezembro de 2024. **20. Obrigações tributárias:** Os impostos e contribuições estão assim apresentados:

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
PIS/COFINS/CSLL retidos	100	133	1.053	715
ISS	364	333	1.369	1.135
IRRF	880	862	4.653	6.172
PIS	266	221	3.368	3.194
COFINS	1.229	1.022	15.806	14.797
IRPJ	127	–	5.366	1.322
CSLL	57	–	3.454	2.749
Outros	10	12	54	51
	3.033	2.583	35.123	30.135
Passivo circulante	3.033	2.583	34.993	30.005
Passivo não circulante	-	–	130	130

21. Imposto de renda e contribuição social: a) Composição dos tributos diferidos: Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

Controladora	31/12/2022	Resultado	31/12/2023
Provisão para perda em venda de investimentos	-	4.219	4.219
Ativo fiscal diferido	-	4.219	4.219
Ativo diferido	-	4.219	4.219
Passivo diferido	-	-	-

Consolidado	31/12/2022	Resultado	31/12/2023
Provisões perdas de crédito das contas a receber	19.987	(5.219)	14.768
Provisões para contingências	9.327	(316)	9.011
Provisão participação nos lucros	1.991	628	2.619
Provisões salários e encargos em acordo coletivo	104	551	655
Arrendamentos	203	1	204
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	-	1.743	1.743
Provisão para perda em venda de investimentos	-	4.219	4.219
Outros	280	320	600
Ativo fiscal diferido	31.892	1.927	33.819
Juros capitalizados	(10.012)	(9.889)	(19.901)
Ganhos com derivativos	(524)	74	(450)
Ajustes do Regime de tributação transitório Lei nº 12.973/ 2014	(11.281)	800	(10.481)
Demais diferenças temporárias decorrentes da Lei nº 12.973/ 2014	(357)	118	(239)
Passivo fiscal diferido	(22.174)	(8.897)	(31.071)
Tributos diferidos líquidos	9.718	(6.970)	2.748
Ativo diferido	11.761	1.779	13.540
Passivo diferido	(2.043)	(8.749)	(10.792)

b) Conciliação da taxa efetiva

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	187.536	177.548	361.857	316.230
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social–alíquotas vigentes	(63.762)	(60.366)	(123.031)	(107.518)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo:				
Permanentes	(14.569)	(10.578)	(1.852)	(2.097)
Resultado de equivalência patrimonial	82.629	70.058	(26.477)	(12.935)
Constituição de créditos sobre prejuízos fiscais	-	-	(1.487)	-
Créditos fiscais sobre despesas temporárias não contabilizados	(386)	(1.967)	(1.387)	(2.075)
Créditos fiscais sobre prejuízos fiscais não contabilizados	92	(1.080)	2.163	(2.464)
Efeito referente à alíquota de adicional do imposto de renda	24	-	24	24

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2024.03.28 07:01:14 -03'00'

SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.

CNPJ 09.266.129/0001-10

Efeito líquido da aplicação das alíquotas de lucro presumido	**-**	-	**(1.319)**	(842)
Incentivo cultural (artigo n.º 11.770/08)	**-**	-	**2.244**	1.905
Incentivo empresa cidadã (Lei n.º 11.770/08)	**3**	-	**180**	229
Programa de Alimentação do Trabalhador (Decreto nº 3.000/99)	**4**	-	**2.506**	2.114
Incentivo Desportivo (artigo 3 Lei n.º 11.438/06)	**-**	-	**1.122**	510
Fundo da Infância e da Adolescência (Decreto n.º 9.580/18)	**-**	-	**561**	516
Outros ajustes	**-**	820	**2.041**	1.070
Total do imposto de renda e da contribuição social	**4.035**	(3.113)	**(144.712)**	(121.563)
Alíquota efetiva	**2,15%**	1,75%	**39,99%**	38,44%

22. Provisões para contingências: As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus assessores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões para contingências, estão assim demonstradas:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	**26.072**	26.659
Trabalhistas	**1.486**	2.152
Tributárias	**463**	429
	28.021	29.240

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	**707**	-	**342.551**	298.204
Tributárias	**-**	-	**372.946**	323.745
Trabalhistas	**118**	-	**12.599**	11.177
Ambientais	**-**	-	**2.356**	2.095
	825	-	**730.452**	635.221

As principais causas possíveis são descritas a seguir: a) Causas cíveis: As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) consumo (ii) falta de abastecimento; (iii) multiplicação de economias; (iv) serviços água e serviços esgoto (vazamentos, obstrução, refluxo, etc.); (v) serviços comerciais; (vi) responsabilidade civil; e (vii) cobrança. Controlada Águas do Paraíba S.A.: *Processo nº 0035537-83.2018.8.19.0014:* Há, em curso, ação declaratória ajuizada pelo Serviço Social do Comércio SESC/ARRJ em face da controlada Águas do Paraíba S.A., tendo por objeto o pedido de enquadramento tarifário na categoria de consumo público, cujo o valor de causa atualizado é de R$ 4.172. Em 20 de maio de 2021, foi proferida sentença procedente para condenar a ré a proceder ao reenquadramento tarifário do autor na categoria pública e a devolver os valores cobrados a maior, desde a alteração tarifária. Em 10 de junho de 2021, a controlada Águas do Paraíba S.A. interpôs recurso de apelação, que confirmou a sentença, interposto RESP que se encontra pendente de envio para STJ. *Processo nº 0015039-49.2007.8.19.0014:* Trata-se de demanda indenizatória ajuizada por Julio Cesar Pessanha Alves em face da controlada Águas do Paraíba S.A. e Município de Campos dos Goytacazes, buscando reparação por danos morais, materiais e estéticos em razão de ter o autor caído em um buraco supostamente aberto pela Concessionária, incorrendo em danos na arcada dentária. Após contestado o feito, o Juízo deferiu antecipação de tutela em relação ao Município réu para realizar o tratamento odontológico do autor. Posteriormente, foi feita perícia técnica por profissional cirurgião dentista. O Juízo indeferiu a realização de perícia técnica de engenharia, através da qual se pretendia provar que a Concessionária não era responsável pelo local que ocasionou o acidente. Foi prolatada sentença julgando procedente o pedido de danos morais. O valor da causa atualizada é de R$ 1.407, solidariamente em face dos dois réus. A controlada Águas do Paraíba S.A. interpôs recurso de apelação e, após os devidos trâmites, foi prolatado acórdão negando provimento ao nosso recurso. Foi interposto recurso especial, tendo o autor apresentado contrarrazões. Atualmente o processo encontra-se no STJ onde em juízo de admissibilidade não foi conhecido e foi interposto um agravo interno. *Processo nº 0037294-30.2009.8.19.0014:* Trata-se de demanda indenizatória ajuizada por Ilcineia Pereira Miranda em face da controlada Águas do Paraíba S.A., buscando reparação por danos morais e estéticos em razão de ter caído em um logradouro desnivelado. Após contestado o feito, foi distribuída por dependência medida cautelar incidental de produção de prova, autuada sob o nº 0026559-98.2010.8.19.0014, na qual foi realizada perícia técnica de engenharia, que, por sua vez, já foi impugnada pela controlada Águas do Paraíba S.A.. O pedido da ação é de 160 salários mínimos, mais pensão de 2 salários mínimos por mês desde o evento e até quando durar a incapacidade da demandante. Foi prolatada sentença julgando improcedentes os pedidos autorais. O julgamento da Apelação reformou a sentença para o pagamento de danos morais de R$ 3. *Processo nº 0004569-75.2015.8.19.0014:* Trata-se de demanda indenizatória ajuizada por Genilson Robes de Souza Junior em face da controlada Águas do Paraíba S.A. e João Batista Machado, buscando reparação por danos morais, materiais e estéticos em razão de ter sofrido acidente envolvendo uma retroescavadeira conduzida por funcionário da controlada Águas do Paraíba S.A.. Após contestado o feito, o Juízo indeferiu a realização de perícia técnica. O valor da causa atualizado é de R$ 986, referente a danos morais e danos estéticos, mais lucros cessantes e pensão vitalícia no equivalente à redução da capacidade de trabalho do autor. Houve audiência sem acordo. Em maio de 2023 a ação foi julgada improcedente e está pendente de julgamento da apelação interposta pelo o autor. Controlada Águas de Nova Friburgo Ltda. *Processos 0001171-13.1999.8.19.0037 e 0001185-94.1999.8.19.0037: Ações populares:* Existem, atualmente, 2 (duas) ações populares, com valor total atualizado das causas de R$ 6.822 ajuizadas em face da controlada Águas de Nova Friburgo Ltda. questionando o contrato de concessão celebrado com a referida concessionária. Alega-se modificação do edital sem abertura de prazo para recebimento de propostas e suposta, ilegalidade do tipo de julgamento. Requer-se seja julgada procedente a ação, para que seja anulado todo o procedimento licitatório e pagamento de perdas e danos a deram causa, reembolsando ao erário público os valores despendidos com a realização da concorrência. Proferidas sentenças declarando a ocorrência da prescrição da pretensão autoral, reformadas por acórdão. Atualmente, aguarda-se virtualização para retomada do julgamento de mérito em 1ª instância. *Processo 0002606-41.2007.8.19.0037:* Ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual – MP, com valor atualizado da causa de R$ 7.179, em face da controlada Águas de Nova Friburgo Ltda., requerendo a tutela antecipada para que a Concessionária se abstenha de cobrar tarifa de esgoto de toda a população de Nova Friburgo, sob pena de multa e, no mérito, alega suposto lançamento de esgoto "in natura" no rio local, o que consistiria em infração às normas de Direito Ambiental. A controlada Águas de Nova Friburgo Ltda. apresentou a peça de bloqueio impugnando formal e diretamente todos os pedidos do MP. Foi realizada prova pericial, a qual foi favorável à empresa ao constatar a existência de rede coletora e apontar investimentos e gastos com a operação e manutenção dessas redes. Controladas Águas das Agulhas Negras S.A. e Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda. *Processo 0193094-07.2020.8.19.0001:* Trata-se de ação revisional de contrato, em que a Nissan pretende afastar o pagamento mínimo da demanda contratada. Alega que em virtude da Pandemia ficou vários períodos com consumo abaixo do mínimo. Assim, pretende com a ação pagar somente o consumido e não a demanda mínima contratada. Realizada a perícia, constatou-se que todo o consumo cobrado está de acordo com os termos do contrato. O processo foi julgado improcedente, decisão confirmada em segunda instância. Aguardando o julgamento dos recursos cabíveis a serem opostos pela parte autora. Controlada Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. *Processo 0008034-46.2013.8.19.0052:* Foi ajuizada ação civil pública pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em face da controlada Concessionária Águas de Juturnaíba S.A., dentre outros, acerca do fornecimento do serviço, tratamento de esgoto, cobrança da tarifa de esgoto e soluções para a problemática ambiental da Lagoa de Araruama, cujo valor atualizado é de R$ 3.914. Foi proferido acórdão condenando a controlada Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. a discriminar os valores pertinentes aos serviços de água e esgoto separadamente nos boletos das tarifas mensais aos usuários de imóveis não conectados ao sistema de esgotamento sanitário e a se abster de cobrar qualquer valor a título de serviço de esgoto aos usuários de imóveis não conectados ao sistema de esgotamento sanitário vigente, por ausência de disponibilização do serviço. *Processo 0000163-22.2005.8.19.0059:* Trata-se de processo de responsabilidade civil onde a autora alega que teve seu terreno alagado em virtude de problemas ocorridos na Represa de Juturnaíba, a sentença de improcedência em face da controlada Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. teve recente trânsito em julgado e o processo está em fase de execução apenas em face da Prolagos. O valor atualizado do processo é de R$ 2.014. *Processo 0002204-85.2002.8.19.0052:* Trata-se de ação onde os valores cobrados por determinada fatura são questionados pelos autores. Inicialmente, foram requeridos 1.000 salários mínimos de danos morais, sendo o valor atualizado de R$ 2.463. O processo está em execução para apuração final de valores assim que houver decisão nesse sentido será atualizado na contingência. *Processo 0801146-13.2022.8.19.0052:* Trata-se de ação de consumo onde o cliente questiona a cobrança indevida de valores em suas faturas. O processo, cujo valor atualizado é de R$ 1.224, encontra-se em fase inicial, aguardando a perícia para apuração dos valores a serem cobrados corretamente. Controlada Águas do Imperador S.A.: *Processo 0059500-41.2015.8.19.0042:* Trata-se de ação ajuizada em face da controlada Águas do Imperador S.A., cujo valor atualizado é de R$ 4.215, sob a alegação que houve uma ruptura de rede administrada pela controlada Águas do Imperador S.A., o que teria afetado a estrutura de imóvel com diversas moradias, as quais foram interditadas pela defesa civil. Os Autores objetivam a demolição e reconstrução do imóvel nos mesmos moldes anteriores da construção atual ou, alternativamente, caso haja impossibilidade deste pedido, requer que seja construído o imóvel nos mesmos moldes do atual, em local próximo e viável, mediante concordância dos autores, bem como que haja condenação ao pagamento de indenização por danos morais. A Subconcessionária apresentou defesa e denunciou à lide a seguradora. Realizada prova pericial. Designado dia para realização de Audiência de Instrução e Julgamento. Controlada Águas da Condessa S.A.: *Processo 0006007-76.2021.8.19.0063:* O edital da licitação dos Serviços de Saneamento Básico de Paraíba do Sul previa que a empresa vencedora deveria manter entendimento com a autarquia SAAETRI, de Três Rios, para aquisição de água, porque o bairro Barão de Angra encontra-se geograficamente distante do centro de Paraíba do Sul e próxima ao limite territorial com o município de Três Rios, sendo a solução histórica adotada a compra de água do SAAETRI para abastecimento do bairro. Vencida a licitação, a controlada Águas da Condessa S.A. deu seguimento ao abastecimento realizado para o bairro Barão de Angra, com o recebimento da rede de abastecimento do município vizinho e distribuindo a água aos moradores. Porém, verificou-se que o SAAETRI realiza a cobrança em face da controlada Águas da Condessa S.A. como se esta fosse um único imóvel residencial, sendo que a água recebida através da ligação abastece aproximadamente 250 imóveis. A consequência da forma de cobrança praticada pelo SAEETRI é que a controlada Águas da Condessa S.A. pagaria o valor de R$ 5,02 (cinco reais e dois centavos) por metro cúbico de água, em razão da progressividade tarifária decorrente do cadastro da ligação como residencial, enquanto que a controlada Águas da Condessa S.A. recebe, em média R$ 3,43 (três reais e quarenta e três centavos) por metro cúbico de água de seus consumidores., porque a maioria consome dentro da primeira faixa de consumo da estrutura tarifária, na qual não há a progressividade de tarifa. Portanto, estabelece-se um desequilíbrio na água adquirida à R$ 5,02/m³ (cinco reais e dois centavos por metro cúbico) para ser vendida à R$ 3,43/m³ (três reais e quarenta e três centavos por metro cúbico). Considerando que a destinação da água adquirida do município vizinho não é para uma unidade residencial, a controlada Águas da Condessa S.A. requereu, administrativamente, a adequação do valor ao serviço que de fato é realizado, qual seja, aquisição de água por atacado, o terminou por ser negado pelo SAAETRI em razão da alegação de falta de previsão na estrutura tarifária deles. Assim, distribuiu-se a presente demanda para que o Judiciário determine o valor do preço da água a ser praticado entre o SAAETRI e Águas da Condessa, sendo requerido pela controlada Águas da Condessa S.A., e deferido, que se praticasse o valor de R$ 1,70/m³ (um real e setenta centavos por metro cúbico), depositado em juízo mensalmente. Por essa razão, os valores que são depositados mensalmente em juízo referem-se ao pagamento do incontroverso. Atualmente, o processo encontra-se em fase de ajustes dos honorários do perito que atuará no feito. b) Causas tributárias: Controlada Águas do Imperador S.A. *Processo 15563.720125/2019-70:* Autos de infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos anos-calendários de 2014, 2015 e 2016 em função de glosa de despesas incorridas pela empresa em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa é de R$ 46.328 (R$ 44.309 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente, o processo encontra-se aguardando análise da impugnação apresentada. Controlada Águas de Nova Friburgo Ltda. *Processo 15521.720004/2020-58:* Autos de infração de IRPJ e CSLL referentes ao ano-calendário de 2015 em função de glosa de despesas incorridas pela empresa em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa é de R$ 3.307 (R$ 2.981 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente, o processo encontra-se aguardando análise da impugnação apresentada. Controlada Águas do Paraíba S.A. *Processo 10725.720766/2020-44:* Autos de infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos anos-calendários de 2015 em função de glosa de despesas incorridas pela empresa em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa é de R$ 31.366 (R$ 28.324 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente, o processo encontra-se aguardando análise da impugnação apresentada. Controlada Águas de Niterói S.A. *Processo 15563.720122/2019-36:* Autos de infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos anos-calendários de 2014, 2015 e 2016 em função de glosa de despesas incorridas pela empresa em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa é de R$ 272.815 (R$ 246.350 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente, o processo encontra-se aguardando análise da impugnação apresentada. **23. Partes relacionadas:** Remuneração de pessoal chave da Administração: Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e controladas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram pagos pelo Grupo o montante total de R$ 29.650 (R$ 26.339 em 31 de dezembro de 2022). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Remunerações	**13.505**	11.676	**21.996**	19.370
Encargos sociais	**3.860**	3.726	**6.565**	5.974
Plano de saúde	**202**	159	**494**	412
Plano de previdência privada	**264**	268	**404**	398
Outros	**106**	93	**191**	185
	17.937	15.922	**29.650**	26.339

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Resumo das transações com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante:				
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber				
Águas do Imperador S.A.	**12.500**	11.112	**-**	-
Águas do Paraíba S.A.	**15.576**	12.843	**-**	-
Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.	**12.291**	16.015	**-**	-
Águas de Niterói S.A.	**33.050**	25.987	**-**	-
Águas das Agulhas Negras S.A.	**15.457**	13.085	**-**	-
Águas de Votorantim S.A.	**6.157**	4.573	**6.157**	4.573
Águas de Nova Friburgo Ltda.	**10.978**	5.631	**-**	-
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	**298**	8.192	**-**	-
F.AB. Zona Oeste S.A.	**5.866**	5.866	**5.867**	5.867
SAAB Participações e Novos Negócios S.A.	**11**	1.138	**-**	-
Águas de Pará de Minas S.A.	**7.847**	4.932	**-**	-
Dotum Participações S.A.	**1.171**	1.171	**-**	-
	121.202	110.545	**12.024**	10.440
Créditos com partes relacionadas				
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	**95**	251	**-**	-
Águas da Imperatriz S.A.	**2.288**	-	**-**	-
Águas da Imperatriz participações S.A.	**12**	-	**-**	-
Águas de Votorantim S.A.	**-**	-	**306**	396
Rio+ Saneamento BL3 S.A.	**17**	-	**1.562**	1.674
	2.412	251	**1.868**	2.070
Total do ativo circulante	**123.614**	110.796	**13.892**	12.510
Ativo não circulante:				
Contratos de mútuo				
F.AB. Zona Oeste S.A.	**21.577**	23.384	**21.577**	23.384
Total do ativo não circulante	**21.577**	23.384	**21.577**	23.384
Total do ativo	**145.225**	134.180	**35.469**	35.894

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante:				
Obrigações com acionistas				
M&G Consultoria e Participações Ltda.	**-**	-	**757**	639
ERG Participações Ltda.	**-**	-	**1.514**	1.469
Credicom–Comercial Informática e Serviços Ltda.	**-**	-	**884**	805
Erco Engenharia S.A.	**-**	-	**482**	541
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	**-**	-	**153**	139
Synval Filgueiras De Moraes Junior	**-**	-	**1.237**	1.121
Marcelo Borja Filgueiras De Moraes	**-**	-	**1.648**	1.495
Silvane Borja Filgueiras De Moraes Nolli	**-**	-	**1.237**	1.121
Developer S.A.	**20.618**	21.370	**20.618**	21.369
New Water Participações Ltda.	**4.880**	5.058	**4.880**	5.058
	25.498	26.428	**33.410**	33.757
Débitos com partes relacionadas				
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda	**383**	465	**-**	-
Águas de Votorantim S.A.	**-**	-	**40**	-
Águas do Imperador S.A.	**5**	-	**-**	-
Águas do Paraíba S.A.	**3**	-	**-**	-
Águas de Niterói S.A.	**53**	-	**-**	-
Águas de Nova Friburgo S.A.	**10**	-	**-**	-
Consórcio Costa Verde	**-**	-	**-**	213
Rio+ Saneamento BL3 S.A.	**-**	-	**186**	-
	454	465	**226**	213
Total do passivo circulante	**25.952**	26.893	**33.636**	33.970
Passivo não circulante:				
Contratos de mútuo				
TGS-Tecnologia e Gestão de Saneamento Ltda.	**44**	266	**-**	-
Total do passivo não circulante	**44**	266	**-**	-
Total do passivo	**25.996**	27.159	**33.636**	33.970

Movimentação do ativo de mútuo:

Controladora							
Mutuário	Mutuante	Saldos em 31/12/2022	Juros	IOF	Amortização	IRRF	Saldos em 31/12/2023
F.AB Zona Oeste S.A.	SAAB	23.384	3.266	117	(5.155)	(35)	21.577

Controladora								
Mutuário	Mutuante	Saldos em 31/12/2021	Valores cedidos	Juros	IOF	Amortização	IRRF	Saldos em 31/12/2022
Águas da Condessa S.A.	SAAB	948	3.010	173	33	(4.125)	(39)	-
F.AB Zona Oeste S.A.	SAAB	15.688	5.000	2.586	110	-	-	23.384
Água das Agulhas Negras S.A.	SAAB	-	1.523	36	11	(1.562)	(8)	-
		16.636	9.533	2.795	154	(5.687)	(47)	23.384

Consolidado							
Mutuário	Mutuante	Saldos em 31/12/2022	Juros	IOF	Amortização	IRRF	Saldos em 31/12/2023
F.AB Zona Oeste S.A.	SAAB	23.384	3.266	117	(5.155)	(35)	21.577

Consolidado						
Mutuário	Mutuante	Saldos em 31/12/2021	Valores cedidos	Juros	IOF	Saldos em 31/12/2022
F.AB Zona Oeste S.A.	SAAB	15.688	5.000	2.586	110	23.384

Movimentação do passivo de mútuo:

Controladora								
Mutuário	Mutuante	Saldos em 31/12/2022	Captação	Juros	IOF	Amortização	IRRF	Saldos em 31/12/2023
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	TGS	266	**45**	**16**	**2**	**(274)**	**(11)**	**44**

Controladora								
Mutuário	Mutuante	Saldos em 31/12/2021	Captação	Juros	IOF	Amortização	IRRF	Saldos em 31/12/2022
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	TGS	469	80	43	6	(323)	(9)	266

A Controladora Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. presta serviços de contrato de gestão *(Management Fee)* para as Companhias, conforme apresentado abaixo:

	87,1 mm	
Resultado com partes relacionadas	31/12/2023	31/12/2022
Águas de Niterói S.A.	**(28.027)**	(25.202)
Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.	**(9.653)**	(8.293)
Águas do Paraíba S.A.	**(14.703)**	(12.544)
Águas do Imperador S.A.	**(7.709)**	(6.875)
Águas das Agulhas Negras S.A.	**(3.785)**	(3.455)
Águas de Araçoiaba S.A.	**(856)**	(772)
Águas de Nova Friburgo Ltda.	**(6.735)**	(6.025)
SANEJ–Saneamento de Jaú Ltda.	**(542)**	(574)
Concessionária Águas de Paraty S.A.	**(759)**	(635)
Águas de Jahu S.A.	**(5.043)**	(4.325)
Águas de Pará de Minas S.A.	**(3.373)**	(2.900)
Águas de Votorantim S.A.	**(1.197)**	(1.679)
Águas da Condessa S.A.	**(984)**	(800)
Total resultado com partes relacionadas	**(83.366)**	(74.079)

As Companhias possuem contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC), nos moldes de um Centro de Serviços Compartilhados – CSC, para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística. **24. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 611.000(R$ 559.500 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 172.975.390 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme disposto abaixo.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade de ações (unidades)	Participação	Quantidade de ações (unidades)	Participação
Developer S.A.	122.627.097	71%	122.627.097	71%
New Water Participações Ltda.	29.022.849	17%	29.022.849	17%
Ações em tesouraria	21.325.444	12%	21.325.444	12%
	172.975.390	100%	172.975.390	100%

b) Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Reserva para investimentos: A Companhia constituiu reserva para investimentos, no valor de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar as atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou a criação de novos empreendimentos. d) Dividendos: Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 26 do Estatuto Social. Em 18 de dezembro de 2023 foram pagos R$ 20.000 como antecipação dos dividendos referentes ao exercício de 2023. A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido	**191.571**	174.435
Constituição da reserva legal–5%	**(9.578)**	(8.722)
Base de cálculo dos dividendos	**181.993**	165.713
Dividendos mínimos obrigatórios–25%	**45.498**	41.428

e) Reserva para retenção de lucro: Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Companhia retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia excedeu o limite das suas reservas de lucros e encaminhará o assunto para Assembleia Geral Ordinária, que deverá deliberar sobre a capitalização ou distribuição do excesso, de acordo com o estatuto social e artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

25. Receita líquida	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita de prestação de serviços	**84.165**	74.081	**1.882.888**	1.682.688
Receita de construção	**-**	-	**257.945**	247.396
Cancelamentos	**-**	-	**(12.417)**	(18.721)
	84.165	74.081	**2.128.416**	1.911.363
PIS e COFINS sobre serviços	**(7.786)**	(6.853)	**(178.539)**	(159.019)
Imposto sobre serviços	**(4.208)**	(3.703)	**(5.063)**	(4.496)
Descontos concedidos	**-**	-	**(27.960)**	(23.417)
	72.171	63.525	**1.916.854**	1.724.431

26. Custos dos serviços prestados	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Taxas de recursos hídricos e ambientais	**(8.918)**	(8.686)
Ônus da concessão	**(40.400)**	(34.790)
Energia elétrica	**(104.811)**	(106.887)
Custo de construção	**(257.945)**	(247.396)
Compra de água	**(125.362)**	(113.795)
Materiais aplicados nos serviços	**(61.583)**	(58.130)
Salários e benefícios a empregados	**(164.807)**	(151.713)
Utilização de imóveis e telefonia	**(2.135)**	(2.401)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	**(32.638)**	(29.948)
Serviços de terceiros	**(67.020)**	(58.973)
Depreciações e amortizações	**(91.066)**	(79.980)
Outros custos	**(3.744)**	(3.436)
	(960.429)	(896.135)

27. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários e benefícios a empregados	**(51.025)**	(41.334)	**(194.784)**	(158.432)
Utilização de imóveis e telefonia	**(333)**	(365)	**(5.511)**	(5.858)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	**(596)**	(409)	**(8.492)**	(6.790)
Serviços de terceiros	**(14.040)**	(15.482)	**(85.331)**	(80.375)
Despesas com contencioso	**(23)**	(81)	**(8.631)**	(8.695)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	**(754)**	(649)	**(2.580)**	(2.093)
Depreciações e amortizações	**(206)**	(203)	**(5.277)**	(4.542)
Provisão de perdas de crédito de contas a receber	**-**	-	**(36.568)**	(54.557)
Reversões de contingências	**-**	-	**1.811**	1.555
Outras despesas	**(6.568)**	505	**(49.300)**	(35.228)
	(73.545)	(58.018)	**(394.663)**	(355.015)

28. Resultado financeiro	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Juros com aplicações financeiras	**3.117**	3.264	**63.411**	54.722
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	**(4.316)**	(3.147)	**(8.352)**	(6.596)
Juros e multas vinculadas à operação	**-**	-	**23.787**	22.609
Juros sobre mútuos	**3.266**	2.749	**3.266**	2.540
Variação monetária sobre outros ativos	**815**	166	**1.151**	310
Ganhos com operações de *swap*	**-**	-	**1.091**	761
Ganho com derivativos	**-**	-	**1.025**	946
Outras receitas financeiras	**-**	4	**1.450**	1.816
	2.882	3.036	**86.829**	77.108
Despesas financeiras				
Juros com financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais	**(43.596)**	(37.060)	**(164.567)**	(160.307)
Juros sobre arrendamentos	**-**	-	**(744)**	(723)
Juros de mútuo	**(16)**	(43)	**-**	-
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	**-**	-	**(4.740)**	(3.658)
Atualização monetária das contingências	**-**	-	**(592)**	(3.896)
Tributos sobre operações financeiras	**(16)**	(13)	**(1.096)**	(249)
Descontos concedidos	**-**	-	**(19.119)**	(21.794)
Perda com operações de *swap*	**-**	-	**(550)**	(715)
Perda com derivativos	**-**	-	**(1.243)**	(1.367)
Comissão e escrituração	**(158)**	-	**(461)**	(675)
Outras despesas financeiras	**(860)**	(1.097)	**(8.031)**	(5.148)
	(44.646)	(38.213)	**(201.143)**	(198.532)
Resultado financeiro	**(41.764)**	(35.177)	**114.314**	(121.424)

29. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

Descrição de seguros	Vigência das apólices	Cobertura
Risco de engenharia e RC obras	31/12/2023 a 31/12/2024	91.101
Responsabilidade civil D&O	27/10/2023 a 27/10/2024	50.000
Risco operacional	17/01/2024 a 17/01/2025	75.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2024 a 17/01/2025	13.000
Riscos ambientais	22/12/2023 a 22/12/2024	5.000
Máquinas e equipamentos	09/06/2023 a 09/06/2024	313
Veículos	2023 a 2024	10.919
Casco marítimo–Águas de Niterói S.A.	18/05/2023 a 18/05/2024	341
Seguro empresarial	01/08/2023 a 23/02/2025	11.553
Garantia judicial	de 2021 a 2028	29.608
Seguro garantia (performance bond)- Águas da Agulhas Negras S.A.	07/01/2024 a 07/01/2025	6.568
Garantia de Concessão–Águas de Niterói S.A.	06/01/2024 a 06/01/2025	11.746
Garantia de Concessão–Águas do Imperador S.A.	07/10/2023 a 07/10/2024	3.435
Garantia de Concessão–Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.	01/12/2023 a 01/12/2024	180.526
Garantia de Concessão–Águas do Paraíba S.A.	14/09/2023 a 14/09/2024	6.390
Garantia de Concessão–Águas das Agulhas Negras S.A.	01/01/2024 a 01/01/2025	811
Garantia de Concessão–Águas de Nova Friburgo Ltda.	24/01/2024 a 24/01/2025	2.765
Garantia de Concessão–Águas de Araçoiaba S.A.	27/11/2023 a 27/11/2024	1.177
Garantia de Concessão–Concessionária Águas de Paraty S.A.	14/04/2023 a 14/04/2024	2.806
Garantia de Concessão–SANEJ–Saneamento de Jaú Ltda.	03/03/2024 a 03/03/2025	404
Garantia de Concessão–Águas de Jahu S.A.	05/12/2023 a 05/12/2024	1.299
Garantia de Concessão–Águas de Pará de Minas S.A.	09/03/2024 a 09/03/2025	8.852
Garantia de Concessão–Águas da Condessa S.A.	08/12/2023 a 05/12/2024	825
Garantia de Concessão–Águas da Imperatriz S.A.	30/11/2023 a 05/12/2024	7.685

30. Transações que não envolvem caixa: Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamentos	**-**	-	**2.329**	5.856
Juros capitalizados	**-**	-	**30.364**	14.712
Outorga da concessão	**-**	-	**122.480**	-
Aumento de participação acionária por transferência de ações	**-**	755	**-**	62
Dividendos prescritos	**54**	352	**59**	389
IRRF sobre swap	**-**	-	**164**	114
Destinação de dividendos obrigatórios e adicionais	**45.498**	42.252	**56.722**	47.818
Provisão de juros sobre o capital próprio	**-**	-	**3.118**	2.358

31. Eventos subsequentes: Controlada Águas da Imperatriz S.A.: Em 6 de janeiro de 2024, a controlada Águas da Imperatriz S.A. celebrou, juntamente com o Poder Concedente, o termo de transferência do sistema existente. Sendo assim, a controlada Águas da Imperatriz S.A. assume a operação do sistema de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto do Município de Teresópolis, compreendendo a área urbana da sede municipal e respectivos distritos urbanos, além dos aglomerados rurais com mais de 50 (cinquenta) residências unifamiliares em um raio inferior a 500 (quinhentos) metros, onde os serviços serão prestados.

Cláudio Bechara Abduche - Diretor Presidente
Marcelo Augusto Raposo da Mota - Diretor Administrativo-Financeiro
Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor
Marcio Salles Gomes - Diretor
Gabriela Ferreira Nunes Alves
Contadora - CRC/RJ 100510/O-9 – CPF: 080.376.027-29

Caderno Publicações Digitais
Diário do Acionista, 28 de março de 2024.

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.03.28 07:01:39 -03'00'

SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.

CNPJ 09.266.129/0001-10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da **Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.** Niterói–RJ **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 26 de março de 2024.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F
Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O